Memórias rompidas, resistências tecidas: trajetórias das Filhas Separadas pela hanseníase no Brasil

Severed memories, woven forms of resistance: the trajectories of the Separated Daughters by leprosy in Brazil

Regina de Paula Medeiros
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Belo Horizonte, MG
repameca@pucminas.br
https://orcid.org/0000-0002-2389-2000

Thiago Pereira da Silva Flores
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Belo Horizonte, MG
rolicoflores@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4658-5676

Mariana dos Santos Cruz
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Belo Horizonte, MG
marianasantoscruz.2@gmail.com
https://orcid.org/0009-0003-3783-4041

Recebido em: 29 de março de 2026
Aceito em: 22 de julho de 2026

Resumo:

O presente artigo aborda o impacto da política de isolamento compulsório de filhos de pacientes portadores de hanseníase sob a perspectiva de gênero, focando na segregação das “Filhas Separadas” e os efeitos em suas trajetórias de vida. Trata-se de pesquisa etnográfica, combinando observação participante em eventos do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), pesquisa documental e entrevistas narrativas com duas mulheres filhas de pessoas isoladas compulsoriamente. Ancorada nos marcadores sociais da diferença e nas políticas higienistas, a análise prioriza as memórias de Helena e Maria Luiza, suas trajetórias de vida, saberes e formas de resistência. Os resultados demonstraram que a segregação impôs a "orfandade de pais vivos" e um regime disciplinar rígido em instituições totais em que as meninas eram preparadas para a exploração laboral e dominação patriarcal por meio de múltiplas violências. Conclui-se que, apesar da política reparatória, os ganhos não eliminam os prejuízos emocionais e as dificuldades irremediáveis na inserção profissional, perpetuando o sofrimento social dessas mulheres à ideologia de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Institucional. Memória. Reparação.

Abstract:

This article addresses the impact of the policy of compulsory isolation of children of patients with leprosy from a gender perspective, focusing on the segregation of the “Separated Daughters” and the effects on their life trajectories. This is an ethnographic study combining participant observation at events organized by the Movement for the Reintegration of People Affected by Hansen’s Disease (Morhan), documentary research, and narrative interviews with two women who are daughters of compulsorily isolated individuals. Grounded in the social markers of difference and hygienist policies, the analysis prioritizes the memories of Helena and Maria Luiza, their life trajectories, knowledge, and forms of resistance. The results demonstrated that segregation imposed “orphanhood with living parents” and a rigid disciplinary regime in total institutions where the girls were prepared for labor exploitation and patriarchal domination through multiple forms of violence. It is concluded that, despite the reparatory policy, the gains do not eliminate the emotional harm and the irremediable difficulties in entering the workforce, thereby perpetuating the social suffering of these women.

Keywords: Gender. Institutional. Violence. Memory. Reparation.

Introdução

No Brasil, até 1986, as pessoas acometidas pela hanseníase foram separadas de seus filhos ao nascerem, em cumprimento a políticas de isolamento compulsório, consolidadas pela Lei Federal n. 610/1949[1]. As pessoas diagnosticados com a doença, à época pejorativamente denominada "lepra", nomenclatura substituída por hanseníase[2] desde 1995, foram compulsoriamente encaminhadas para instituições de isolamento. Historicamente relacionada à maldição, à impureza e ao castigo desde a Antiguidade, a doença transformava o indivíduo em um sujeito condenado à morte social e às representações simbólicas que contribuíram para reforçar o medo, a estigmatização e a marginalização dos doentes. Diante disso, o Estado exercia o poder de polícia e criava mecanismos de intervenção que enclausuravam e apartavam os enfermos do convívio social e familiar, mesmo contra sua vontade ou seu consentimento.

Para consolidar essa segregação, foram criados sanatórios e hospitais-colônia, instituições fechadas onde os enfermos permaneciam confinados. Nessas circunstâncias, operou-se um verdadeiro decreto de desmantelamento de laços efetivos: instituiu-se a orfandade de pais vivos, operando como um verdadeiro decreto de "estigmatização da identidade" (Goffman, 2008). Os recém-nascidos nas colônias eram imediatamente separados de seus genitores e encaminhados para instituições de acolhimento infantil, inicialmente chamadas "pupileiras" e, posteriormente, de forma eufemística, renomeadas como "educandários" ou "preventórios" (Souza; Souza; Melo, 2022).

As criadouras ou "educadoras" das crianças internadas, em geral, eram freiras de congregações católicas que tinham o papel de prestar cuidados básicos aos internos, da alimentação e higiene à educação moral e religiosa. Às freiras eram também atribuídas as funções administrativas na escola, além de ensinar leitura, escrita e catequese. Elas definiam normas de disciplina, moral e comportamento, com forte orientação religiosa e disciplinar, buscando adequar e controlar as crianças para o enfrentamento da vida fora

[1] O presente artigo é resultado da pesquisa *Laços rompidos: um estudo sobre a separação de pais e filhos na história da hanseníase*, financiada pela Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes 2022.

[2] A Lei n 9.010, de 29 de março de 1995, dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências, substituindo os termos: lepra por hanseníase; leproso por doente de hanseníase; leprologia por hansenologia; leprologista por hansenologista; leprótico por hansênico; leproide por hansenoide; lépride por hansênide; leproma por hansenoma; lepra lepromatosa por hanseníase virchoviana; lepra tuberculoide por hanseníase tuberculoide; lepra dimorfa por hanseníase dimorfa; lepra indeterminada por hanseníase indeterminada; lepromina por antígeno de mitsud; leprosário ou leprocômio por hospital de dermatologia.

das colônias, com base nos preceitos morais e bons costumes. As religiosas eram intermediadoras entre o Estado e as crianças, cuidando da política sanitária, supervisionando visitas, tornando-se responsáveis por comunicar decisões institucionais ou encaminhá-las para adoção, trabalho ou outras instituições quando completavam dezoito anos.

Para as mães encerradas nas colônias, a identidade materna era frustrada no momento do parto, uma vez que o Estado lhes extirpava a possibilidade de criar e conviver com os filhos, ficando assim, privadas de construir laços familiares, indispensáveis ao desenvolvimento da personalidade e subjetividade das crianças. O distanciamento forçado gerou traumas profundos tanto na vida dos pais quanto na de filhas e filhos, que cresceram enclausurados com contato precário com seus genitores ou, na maioria dos casos, sem conhecimento da existência da família biológica.

Esse drama é parte da história de pessoas que ainda hoje enfrentam sérios desafios para inserção nos contextos social e de trabalho e influencia no processo de construção da identidade e na sua percepção sobre a constituição familiar. No caso da hanseníase, as crianças nessas condições se tornaram órfãs por imposição do Estado e foram socializadas, de forma coletiva, em confinamentos de instituições. Suas experiências foram fundamentalmente traumáticas, deixaram marcas indeléveis que perpassam toda a sua trajetória e interferiram em projetos futuros, nos sistemas de significados e modos de vida.

O impacto dessa política de separação não se deu de forma homogênea, revelando-se fundamental analisá-lo sob uma perspectiva de gênero. Como elucidam Chacham e Jayme (2023), o gênero atua como um vetor estrutural que inscreve sobre os corpos normativas desiguais de poder, destinando historicamente às mulheres uma posição de subordinação ancorada na responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho de cuidados. Nos preventórios, essa divisão de gênero incidia com particular gravidade no corpo das meninas, criadas por mulheres religiosas que, de certa forma, assumiam o papel social esperado de mãe, adequando-as a um ideário moral pautado na obediência, no recato e na preparação para o trabalho doméstico, em que "[...] a lógica era a da obediência rigorosa, do silêncio e da contenção do choro – numa palavra, da repressão e da censura" (Sá; Ribeiro, 2025: 11). De acordo com os estudos de Del Priore (2011), citada por Sá e Ribeiro (2025: 16), às meninas aplicava-se uma "pedagogia da

vergonha", que utilizava castigos corporais e exposição pública para incutir docilidade, forjando mulheres que futuramente seriam desprovidas de autonomia e autoconfiança.

Neste artigo, pretendemos tratar dos registros de memórias narradas por mulheres (filhas) que foram separadas de seus pais e viveram nas pupileiras, submetidas ao silenciamento sistemático e que construíram, preservaram e transmitiram suas memórias de um contexto marcado pela estigmatização e pela ruptura de laços primários. Elegemos duas mulheres – Helena Bueno Gomes e Maria Luiza Silva – que dissertaram sobre suas trajetórias de vida, cujas infâncias e adolescências foram atravessadas pelo internato nos educandários e pelas políticas de fragmentação de laços familiares; sobre as experiências de gestão do estigma herdado, saberes aprendidos em meio ao sofrimento e injustiça social e as múltiplas estratégias de resistência que desenvolveram cotidianamente.

Focar especificamente nas trajetórias femininas constitui uma urgência analítica no que concerne ao campo de disputas sociais, políticas e culturais. Grande parte da produção acadêmica, particularmente no caso da hanseníase, sobre a separação compulsória tende a aglutinar a categoria de "Filhos Separados" sem examinar a questão do gênero e outros fatores, como raça, cor, classe social etc. Essa invisibilização agrava-se pelo fato de a sociedade delegar às mulheres a função de reprodutoras e mantenedoras dos laços familiares, empurrando-as para posições de vulnerabilidade social.

A análise debruça-se sobre narrativas orais que expõem violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro durante décadas, mas que, sobretudo, lançam luz sobre o protagonismo e a agência política dessas mulheres. Longe de se enquadrarem passivamente na condição de *outsiders*, como formulado por Becker (2008), essas mulheres transgrediram as fronteiras do desejável, construíram identidades e transformaram o sofrimento em reivindicação de justiça, cidadania e direitos sociais.

Essa temática encontra sua relevância acadêmica ao dialogar diretamente com a proposta do dossiê "Memória e trajetórias de mulheres: experiências, narrativas e resistências", visto que este artigo analisa os efeitos da política pública de internação compulsória da hanseníase sobre a estrutura familiar e as especificidades de gênero, memória e identidade. Vale ressaltar que a memória funciona como um espaço dinâmico, tanto de preservação quanto de esquecimento e apagamento, como pode ser observado nos embates políticos, culturais e sociais.

Contrapondo-se à imposição da "memória oficial", que durante décadas naturalizou o isolamento de crianças como medida sanitária, higienista e necessária, as narrativas das mulheres interlocutoras, Helena e Maria Luiza, consagram o que Pollak (1989) define como "memórias subterrâneas": memórias mantidas nas zonas do "não-dito" e do silenciamento, preservadas por redes de solidariedade até que o cenário social permita sua emergência e reivindicação no espaço público, amplificando essas vozes historicamente silenciadas.

Neste artigo, apresentamos um breve exame conceitual, situando as categorias analíticas de gênero, memória e identidade; as narrativas de duas mulheres, filhas separadas dos pais e as considerações finais.

Os estilhaços da memória

> O nada e o não, ausência alguma, borda em mim o empecilho. Há tempos treino o equilíbrio sobre esse alquebrado corpo, e, se inteira fui, cada pedaço que guardo de mim tem na memória o anelar de outros pedaços. E da história que me resta, estilhaçados sons escapulam, partes de uma música inteira. Traço então a nossa roda gira-gira em que os de ontem, os de hoje, e os de amanhã se reconhecem nos pedaços uns dos outros. Inteiros. (Evaristo, 2021: 12)

Conceição Evaristo (2021) nos brinda com um excerto dos poemas que articula com a trajetória de filhas de pais doentes de hanseníase por uma intervenção coercitiva do Estado brasileiro. Para compreender a profundidade de suas experiências, faz-se necessário um afastamento de generalizações históricas e a iluminação dos complexos modos de (r)existência engendrados por mulheres submetidas ao escrutínio estatal. Este estudo ancora-se na perspectiva dos marcadores sociais da diferença, compreendendo que atributos como gênero, classe e estigma não são inerentes à biologia, mas operam como o "efeito de complexos sistemas de conhecimento e de relações de poder" capazes de produzir e naturalizar desigualdades (Almeida *et al.*, 2018: 19).

Memória como disputa política: o silêncio, o "não-dito" e a invenção de si

A memória não é concebida como um mero repositório automático do passado, mas como um campo dinâmico de disputa sociopolítica, uma "prática discursiva" de ressignificação (Canabarro; Moser; Ernesto, 2018: 124). Para analisar as narrativas de nossas colaboradoras, ancoramo-nos na perspectiva de Pollak (1989), ao investigar os processos e os atores que intervêm na formalização daquilo que é lembrado e esquecido.

Durante décadas, o Estado brasileiro impôs uma "memória oficial higienista cujo objetivo era naturalizar a segregação asilar e obliterar a violência da separação familiar" (Pollak, 1989: 4), com a criação de sanatórios para separar os doentes dos sadios. No caso da hanseníase, essa ação provocou o rompimento de laços familiares. As histórias das Filhas Separadas, em oposição ao apagamento hegemônico que vivenciaram, emergem como memórias guardadas nas zonas de silêncio e nas redes de sociabilidade protetivas (Pollak, 1989).

A afirmativa de Conceição Evaristo ilustra esse processo ao ouvirmos as vozes das mulheres despojadas de seus nomes e de sua ancestralidade. Diante do vazio da "deslembrança", a história dessas mulheres é feita "mais de inventos do que de verdades" (Evaristo, 2023: 48), reunindo os "estilhaçados sons" para compor uma nova roda de pertencimento, na qual conseguem reconhecer a si próprias e manter-se inteiras perante a violência (Evaristo, 2021: 12).

Instituições totais e gênero

Os educandários e preventórios funcionavam estritamente sob a concepção de "instituições totais" de Erving Goffman (1961), já que as internas eram desprovidas de autonomia sobre a própria vida e submetidas a um "desculturamento" e à "mortificação do eu". Esse processo metafórico de mortificação não operava de maneira neutra, mas como uma autêntica maquinaria de dominação patriarcal e de classe. Scott (1995: 86) nos auxilia a pensar a definição do gênero como "uma forma primária de dar significado às relações de poder".

Nesse contexto, a vida das meninas nos preventórios não era um acidente profilático, mas um projeto contínuo de sujeição. Louro (1997: 62) elucida que a disciplina atua como uma economia calculada e permanente que, nos moldes

foucaultianos, visa à fabricação de sujeitos ou corpos dóceis. As meninas eram encaminhadas para o extenuante labor doméstico em casas de famílias "adotivas" e abastadas. Nesse contexto, os princípios da divisão sexual do trabalho, conforme definidos por Hirata e Kergoat (2007: 599), materializam-se através de uma "ideologia naturalista" que legitima a designação das mulheres à esfera reprodutiva. Ao destinar essas filhas ao trabalho doméstico e de cuidados, o Estado não apenas as disciplinava, mas reafirmava o "princípio de separação" e o "princípio hierárquico" (Hirata; Kergoat, 2007: 599), transformando uma prática social de dominação em um suposto destino natural biológico.

Nessa perspectiva, Federici (2004: 112) ressalta que o desenvolvimento da acumulação capitalista "demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho". O Estado sanitarista, ao romper os laços biológicos, afetivos e simbólicos entre pais e filhas, expropriou o afeto e as transformou em bens comuns e substituíveis. Operou-se, assim, uma extração de utilidade mascarada sob uma falsa caridade higienista e reforçou-se o estigma. Goffman (2008) ressalta que o "estigma" foi criado como forma de apontar algum sinal corporal para identificar algo de extraordinário ou de mal a respeito do *status* moral de quem o recebia. Os sinais, associados às marcas feitas com ferro quente, escancaravam o perigo e a imoralidade daquele marcado para que a sociedade pudesse identificar um escravo, criminoso ou traidor e, com efeito, temer, excluir e rechaçar o mal.

A colonialidade do gênero, a "identidade deteriorada" e a condição de *outsiders*

As reverberações dessa produção intencional de vulnerabilidades seguiam as egressas na vida adulta, orientadas pelo peso da marca patologizante da hanseníase na vida de seus pais. Embora Helena e Maria Luiza não tenham sido acometidas pela hanseníase, sofreram o que Goffman (2008) denomina "cortesia de estigma", ou seja, quando a sociedade as obriga a compartilhar o descrédito social direcionado aos seus genitores diagnosticados com a referida enfermidade.

Assim, a estigmatização recai sobre as filhas rotuladas como *outsiders* pelas normas dos grupos dominantes (Becker, 2008) e assume contornos ainda mais complexos quando analisada pela ótica do feminismo descolonial. Para compreender a

naturalização das agressões e da polivitimização, que se refere à vivência de múltiplos tipos e/ou formas de vitimização (Marsicano; Levinson, 2020) por essas meninas após deixarem os educandários ao completarem dezoito anos, utilizamos o conceito de "colonialidade de gênero". Lugones (2014: 936) demonstra que o poder hegemônico opera por meio da "hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano".

Nessa lógica, as populações oprimidas pelas engrenagens coloniais eram "julgadas como bestiais e, portanto, não gendradas", uma vez que o gênero, nos moldes da civilidade moderna, era um privilégio reservado apenas aos sujeitos lidos como plenamente humanos (Lugones, 2014: 936-937). Vistas como "grotescamente sexuais e pecaminosas" e apartadas do privilégio normativo de humanidade (Lugones, 2014: 936-937), as filhas dos pacientes com hanseníase eram consideradas pelo sistema hegemônico como corpos desumanizados e disponíveis para violências múltiplas, ciclos traumáticos que as perseguem até os dias atuais.

Entre tropeços, alinhavos e resistência: nos caminhos com as mulheres

Visitando as memórias de nossas interlocutoras expressadas durante dias e horas seguidas de longas gravações, cheias de emoção, silêncios, lágrimas, interrupções e retomadas, foi possível observar, dentre tantas perdas, a ausência de registros fotográficos das crianças, talvez não raro à época e em determinados segmentos sociais. As histórias de infância foram contadas por algum membro da família ou por vizinhos e conhecidos da comunidade, centradas no período de gravidez ou antes do nascimento. Como os filhos eram separados de seus pais e confinados em instituições públicas, se existe algum registro, foi feito pelas irmãs de caridade.

De toda forma, o que os filhos ouviam eram fragmentos frágeis que certamente têm uma dosagem imaginária, mas contados para atender à curiosidade e ansiedade das crianças sobre um passado que ficou no registro do vazio. Assim, as lembranças são do campo institucional, que, em geral, remete ao medo, sofrimento, fragilidade, angústia e desconsolo ou de experiências próprias. Em suas narrativas, evidencia-se um constante desejo de situar-se no mundo e de reconstruir a sua história, numa tentativa de transformar a angústia em luta pela afirmação de seus direitos. As mulheres com as quais caminhamos nesse trajeto de vida são Helena Bueno Gomes e Maria Luiza Silva.

Falando com Helena

Helena nasceu em 27 de janeiro de 1961, tem 65 anos, reside na cidade de São Paulo, é casada e tem um filho. Ela não conheceu seus pais: ambos foram diagnosticados com hanseníase, submetidos ao isolamento e, conforme as regras definidas pelo controle sanitário da época, foram impedidos de viver com Helena e sua irmã Claudete, que ficaram sob a tutela do Estado. O momento de seu nascimento foi o único e último contato de Helena com sua mãe, que faleceu depois de dez anos.

Helena ingressou no movimento social Morhan com o objetivo de investigar sua história e a de sua família. Tornou-se uma militante voluntária e, atualmente, compõe a diretoria nacional dos Filhos Separados, que luta pela indenização como forma de reparar os danos provocados pelo desmantelamento das famílias decorrente da internação compulsória. Ademais, presta auxílio às pessoas que desejam resgatar a história de sua família.

O encontro com Helena aconteceu durante um evento organizado pelo Morhan[3], militante, e com participação ativa em discussões e nas relações com os demais membros do grupo. Ela explicava o seu trabalho, particularmente sobre a assistência prestada aos demais filhos de portadores de hanseníase:

> Em alguns casos, a hanseníase foi e é tratada como segredo de família. Já tive casos que as pessoas mais velhas da família, em seu leito de morte, contam esse segredo e os familiares iniciam uma busca por conhecer mais sobre essa história. Nesse sentido, eu auxilio essas pessoas a buscarem os locais certos para requerer a documentação. Eu procuro saber um pouco da história, entendo o caso e depois presto as informações. Quando os casos não são de São Paulo, eu aciono outros voluntários do Morhan nos estados onde os familiares passaram por esse isolamento. [...] As coisas que não sei, busco ajuda com os "universitários da família Morhan". [...] Os Filhos Separados também buscam essas informações para ter acesso ao seu próprio passado e para garantir seus possíveis direitos à indenização. Eu escuto as histórias,

[3] O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) é uma organização que atua na luta pela reintegração social e pelo fim da discriminação das pessoas que foram acometidas pela doença. O movimento tem sido fundamental nas reivindicações dos internos, especialmente no que tange aos direitos dos filhos separados pelo isolamento compulsório. Entre suas ações, o Morhan protocolou a Ação Civil Pública, motivando a Audiência Pública da Defensoria Pública da União em 2019, e firmou parceria para o desenvolvimento do Projeto Reencontro, que buscava a identificação genética de famílias separadas.

> procuro entender principalmente qual instituição aquele filho ou filha tem como referência, e oriento os caminhos para se conseguir as informações pessoais desses filhos junto às instituições. [...] Na questão dos filhos, tenho casos que as pessoas estão procurando parentes, principalmente irmãos; as pessoas me passam os nomes e a gente tenta, né, pelas redes sociais. Infelizmente, nessa questão, eu não consigo ajudar. Encontrar parentes é muito difícil, a gente não consegue resultado. É triste o que aconteceu no passado; muitos irmãos se perderam, foram mortos, vendidos, torturados. (Helena)

Sobre sua empreitada para a localização de familiares e sua inserção no movimento, ela registra:

> Quando passou essa minha fase muito difícil de depressão, de angústia, de choro, eu falei: eu quero ser voluntária do Morhan, né? [...] Em 2015, eu já estava melhorzinha e tal, e aí nós tivemos uma reunião lá em Mogi das Cruzes, dentro da Colônia [Santo Ângelo]. Iria ter uma reunião dos filhos com Artur, com a Terezinha aqui de São Paulo, que é a coordenadora estadual aqui de São Paulo. Tivemos reunião com os filhos lá, aí foram distribuídos três filhos por Estado, participar da comissão estadual, aí a Terezinha me chamou para participar (risos), falei: “Não, Terezinha, não vou ser não. Eu não sei falar em público, eu não consigo; eu engasgo, não vou conseguir”. Sabe o que ela fez? Na hora que o Artur falou: "Quem vai ser aqui de São Paulo?...” “Helena, Helena”. [...] Então passei a fazer parte da comissão dos filhos de São Paulo. (Helena)

Tais relatos podem ser comparados aos estudos de Fonseca e Maricato (2013), no sentido de que ecoam claramente “como um ganho de cidadania”, adquirida pelas lutas sociais promovidas pelo Morhan, encaixando-se nas análises das autoras pela antropologia das emoções. Helena auxilia outras pessoas, especialmente ao compartilhar informações sobre as políticas públicas que foram e são direcionadas a essa população, bem como sobre seus direitos enquanto cidadãos.

Gomide (1991: 237) ressalta que a sociedade brasileira tende à institucionalização da pobreza e da doença, o que gerou a “indesejável miséria social, pelos instrumentos de disciplina e tutela”, heranças da política de isolamento compulsório para a hanseníase.

Em seus estudos, o grupo de filhos separados era considerado "órfãos de pais vivos" (Gomide, 1991), o que ocorreu no caso da hanseníase. Nesse lugar, Helena fez uma pesquisa documental sobre a sua família e descobriu que o primeiro caso de hanseníase foi seu avô materno. Ela relata:

> [...] Eu acho que todos esses documentos são importantes para mim, porque é um resgate histórico, embora não conheçamos os meus pais, os avós, os meus tios. Mas toda essa documentação que eu tenho, para mim, é relíquia. Não sei nem explicar para você, foi a vida deles, entende? [...] Eu consegui, através dos documentos, saber o nome dos meus bisavós; eu consegui descobrir, que para mim era muito importante, muito importante mesmo, saber aonde estavam os restos mortais deles, dos meus avós, tanto o lado do pai quanto o lado da mãe [...] Com isso, eu consegui ficar em paz, porque aí sim eu sei que eu tenho uma história para contar, deles. (Helena)

Desvendar a história, em sua interpretação, é uma espécie de reconstituição familiar por meio de registros formais (documentos), ainda que, como bem anuncia, sejam os "restos mortais" de um parentesco imaginário. É como saciar um desejo inquietante de desvendar o mistério da vida e de resistir às mazelas danosas nos âmbitos biológico, psíquico, afetivo, emocional e social. Ao mesmo tempo, é uma estratégia para denunciar uma política sanitária que provocou consequências trágicas para a vida das pessoas, como aponta a seguir:

> Então, até 2011, eu não tinha nenhuma informação, muito pouca informação sobre eles, mas na verdade eu fui mais a fundo, fazendo pesquisa em cima de documentos, só com documentos mesmo, pedindo na Secretaria da Saúde, indo nos cartórios, para que meu coração ficasse em paz, e foi isso que aconteceu. Agora, lógico que tudo isso aí, toda essa pesquisa, envolve muita dor, muita dor porque você acaba descobrindo coisas horríveis que aconteceu com eles. Não dá para sorrir em cima de toda essa documentação, dá para chorar e muito. Eu sempre falo que eu acho que a hanseníase, quando não tinha cura, ignorância sobre a doença [...] eles morreram de desgosto diante de tudo que o governo brasileiro fez com as famílias que tinham hanseníase lá no passado, prendendo em cadeias, separando a família, filho para um lado, os pais não conseguiam saber onde estava seu filho; filho que está dentro da colônia não tem certidão de nascimento, que é o que aconteceu com a minha mãe, sabe? (Helena)

Diferentemente de outras colônias, no estado de São Paulo os documentos pessoais desse período foram preservados:

> O meu avô fugiu muitas vezes. Meu avô fugiu, tadinho, morreu na colônia e foi enterrado como indigente. Você viu a certidão de óbito do meu avô? [...] O meu avô teve a esposa e as filhas e foi enterrado como indigente! Ele tinha uma família. Minha mãe praticamente perdeu o pai, a mãe, as duas irmãzinhas. Depois a minha mãe casou; mataram o marido dela, meu pai, e depois ela perdeu as duas filhas, e depois morreu sozinha com 33 anos e agora está lá no cemitério, no túmulo coletivo. (Helena)

Monteiro (1995) destacou que os procedimentos adotados pelos Serviços Profiláticos para a segregação dos doentes não se distinguem dos utilizados pelos nazifascistas com relação às minorias durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Gandra Júnior (1970), o estigma da hanseníase está ligado a valores culturais compartilhados socialmente e, quando adicionado à internação compulsória, provoca consequências psíquicas e sociais que influenciam diretamente na vida dos portadores da doença, como no grupo familiar. Helena engendrou uma busca quase obsessiva por um registro de sua história e de seus antepassados. Nesse processo, descobriu que sua mãe fora internada na Colônia Padre Bento, na cidade de Guarulhos (SP) e foi conhecer o local, que na atualidade funciona como hospital estadual de São Paulo, incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessas instituições, havia regras rígidas, quase impeditivas do contato entre os familiares. A mãe de Helena foi registrada oficialmente quando tinha 17 anos e, ao sair da Colônia, foi viver em casa de família em um bairro próximo. Até essa idade, ela vivia sem nenhum documento de identidade, ou seja, não existia:

> Consta que ela foi para casa de família, tem o nome, o endereço de onde ela foi, o nome da pessoa. [...] Minha mãe teve sorte, porque o Dr. Lauro de Souza Lima, seu Arnaldo [ex-interno contemporâneo da mãe de Helena] comentou comigo que aqui no Padre Bento era a colônia da elite, só quem tinha posse vinha para cá, então aqui eles foram muito bem tratados, as crianças foram bem tratadas. Seu Arnaldo falou para mim que o Dr. Lauro falava, assim, que aqui tinha norma, que nenhum adulto poderia encostar em

> uma criança; então eu acredito que minha mãe foi feliz aqui dentro. Diferente do Pira [Colônia Pirapitingui, em Itu], mas aqui, embora ela teve um trauma imenso – imagina com cinco anos vir de Bauru para cá? A minha mãe nasceu em uma cidadezinha perto de Bauru, a certidão de nascimento dela foi aqui de Guarulhos. Eu pensei: como ela nasceu lá e tem uma certidão de nascimento de Guarulhos? Tem alguma coisa errada, então tem toda uma história por trás de erros, que eu conto em cima do documento. (Helena)

A antiga Colônia Padre Bento, além de ter sido transformada em hospital, conta com uma parte comunitária. Conhecer o referido lugar, ainda que transformado, representou o desvelamento de parte da desconhecida história familiar. Ela explica:

> Aqui é muito importante. Então eu imaginava que minha mãe pegou a hanseníase adulta, mas até então eu não tinha noção da data exata quando ela entrou aqui no Padre Bento. Foi através da ficha epidemiológica que eu peguei na Secretaria da Saúde, após conhecer o Morhan. Tudo é após conhecer o Morhan, que eu descobri tudo referente à minha mãe, meu pai, meus avós, meus tios. E, mediante a ficha epidemiológica da minha mãe, consta que ela entrou aqui com cinco aninhos, e aí, fazendo uma análise da ficha da minha mãe... que até hoje eu não consegui assimilar tudo. É mais fácil alguém de fora assimilar tudo; estou assimilando aos poucos. (Helena)

Helena nasceu na Colônia Pirapitingui ("Pira"), na cidade de Itu, e foi encaminhada para a Creche Carolino Motta e Silva, no bairro Pinheiros, na cidade de São Paulo, onde permaneceu por mais de três anos. Antes de completar quatro anos de moradia na creche, Helena foi transferida para o Educandário Santa Terezinha, na cidade de Carapicuíba, Região Metropolitana de São Paulo. O isolamento dos pais, para Helena, repercutiu no núcleo familiar, pois eles se tornavam "prisioneiros do preconceito e da intolerância de uma política sanitária autoritária" (Santos, 2009: 11); as filhas eram institucionalizadas com a justificativa de assegurar a saúde da sociedade, além de evitar que elas se tornassem futuras "infratoras e delinquentes". Ou seja, eram criadas em um regime rigoroso com eixo na moral e nos bons costumes com vistas a produzir mão de obra para o mercado de trabalho e transformá-las em pessoas de bom caráter – principalmente, submissas –, de acordo com os ideais eugênicos difundidos entre 1920 e 1945.

O Educandário Santa Terezinha abrigou milhares de crianças. Foi a maior instituição criada e administrada pelo Estado de São Paulo. Ali existia um movimento constante de saídas e chegadas, de separação de outras crianças e de adaptação e readaptação em outros lugares. Toda essa mobilidade pretendia alcançar um regime de "educação" que beirava às torturas, recheadas de ameaças, violências físicas e simbólicas, como relata Helena:

> A gente participava da missa sempre e, em um belo dia, eu e outras meninas resolvemos fugir da missa, né, deveria ter 5 ou 6 anos. Na verdade, eu não sei a minha idade, eu era novinha, [...]. Eu e as meninas corremos – isso tenho em mente. A gente correu, isso foi à tarde, na missa da tarde. Quando foi à noite, não sei dizer quem foi que castigou a gente, éramos três meninas. Alguém colocou a gente no banheiro – o banheiro era comprido retangular –, colocaram a gente na parede, nuas, com a mão para cima, e uma pessoa ficou olhando na fechadura da porta. A porta dava no meio do corredor do dormitório, estavam vigiando para ver se via alguém. [...] Continuando com o castigo, tomamos surra de vara de marmelo nas costas nuas. Eu não tenho em mente a pessoa que fez isso; lógico, foi uma adulta, mas não lembro. Se uma pessoa chegar pra mim e falar: "Helena, foi essa pessoa?", eu não sei, não tenho a imagem da pessoa, apagou da minha memória. Aí a gente saiu do banheiro e colocaram a gente de joelho, assim, com as mãos para o alto [...] No dia seguinte, que eu teria que passar pelo médico, a mulher virou e falou assim pra mim: "Você vai ter que passar pelo médico, mas se perguntarem o que é isso nas suas costas, você vai ter que falar que passou no arame farpado. Se você não falar isso, quando você voltar aqui vai ter outro castigo". [...] O médico falou: "O que é isso nas suas costas?". Eu falei que tinha passado no arame farpado. Ele perguntou de novo, lembro até hoje: "O que foi isso nas suas costas?". "Eu passei no arame farpado", morreu o assunto. (Helena)

As narrativas de Helena nos remetem aos estudos de Inhana Souza (2019), que identificou formas distintas de violência – física, institucional, social e psicológica, escassez de comida e rompimento dos vínculos familiares – relacionadas aos modelos de violações de direitos humanos. Helena nos conta sobre uma funcionária que castigava as meninas apertando com a unha as suas cutículas, causando-lhes fortes ferimentos, deixando marcas profundas em seus dedos:

> Bem em cima para sentir a dor, era uma tortura. E aí, o que aconteceu? Os meus dedos ficaram todos com feridas, bem em cima assim das cutículas. Eu me lembro, não sei se foi numa casa de família. [Helena se refere à casa de família como casas que tiravam as crianças do preventório para uma possível adoção.] Me ensinaram a colocar, sabe aquela planta que é espinhosa [...], me ensinaram a passar em todos os dedos, sabe, foi ela que me curou os dedos. Em compensação, esse dedo aqui [mostrando o dedo anelar], eu tenho um sério problema nele, eu acho. Teve muitos anos que eu não senti nenhuma dor, depois... faz o quê, mais de vinte e cinco anos, ele passou a ter problemas nesse dedo aqui, no nervo. Então parece que tem uma pedra aqui dentro, sabe? Tipo, se você encostar aqui [mostrando para o dedo], eu vejo estrela. Deu para entender? [...] O meu nervo está afetado, foi visto que não tem volta. (Helena)

A criatividade para aplicar punições era não tinha limites. Em outra fala, Helena explica que, um dia, desceu do dormitório que ficava no segundo andar, assentada na escada de caracol. Quando chegou embaixo, uma mulher, de cuja fisionomia não se recorda, a esperava:

> Pisou em cima do meu estômago porque eu fiz o caminho de bumbum. Criança, você acha que precisava disso? Chegou lá embaixo, ela foi com tudo na minha barriga, já estava no chão, né, pisou na minha barriga de castigo mesmo, para castigar mesmo [...] Acho que o Santa Terezinha deixou muito a desejar. Tudo bem, os pais da gente tinham a hanseníase, eram doentes, tá, com aquela ignorância da época que vai, hanseníase pega, vamos separar. Existia a lei, vamos cumprir a lei, separar os filhos e tal, mas eu acho que não deveriam ter tratado a gente dessa forma. Para começar, eu nem sabia que eu tinha um pai e uma mãe, eu não tinha na minha cabeça que eu tinha nascido de um pai e de uma mãe, entende? [...] Mas, a partir do momento que você estava dentro de uma instituição, a mando do governo, eu acho que eles tinham que ter dado carinho, amor, para as crianças. Você acha que fugir de uma missa ou brincar numa escada é motivo de você receber esses castigos? Acabar com os seus dedos? Eu acho que eles pecaram e pecaram feio, sabe? Nossa! (Helena)

Durante uma conversa, Helena afirmou que os castigos não se limitavam ao interior institucional. As meninas institucionalizadas também prestavam serviços domésticos nas casas de família, sem nenhuma fiscalização e controle, ficando os donos livres para lidar com as crianças à sua maneira.

> Como eles disseram, tá tudo bem, e tem o lado do meu filho, que é jovem. Eu sou mãe dele, por inúmeras coisas dentro da minha cabeça, que é muito difícil. Na primeira casa, na minha ficha social, consta que eu estive lá com eles quando eu tinha 8 anos. Mas eu não estive somente com 8 anos, eu estive antes. A mulher lá trabalhava numa feira, feira pequena. O cara era um sem-vergonha, ele abusou de mim. [pausa] O cara me levou a um lugar, me traumatizou, eu não vou contar detalhes. Ele me abusou e acabou com minha vida. Na volta, eu me lembro de que ele segurou minha mão e me deu bala, e foi lá para casa. [lágrimas nos olhos] [...] Todas as minhas saídas, eu não recordo de nada, nada. [...] Óbvio, na minha adolescência isso foi prejudicial pra mim, para a minha passagem de criança para adolescência e para adulta. Foi até hoje, foi traumático. [pausa e Helena ficou extremamente emocionada] [...] Antes de eu conhecer o Morhan, na verdade, eu não sabia de nada, minha história estava debaixo do tapete, esquecida. Castigo, nada disso eu lembrava, estava tudo debaixo do tapete. Essa história sim me choca, porque, se eu vejo algo na televisão relacionado a estupro, eu já saio. (Helena)

Apesar de mais de cinquenta anos do ocorrido, as marcas são indeléveis e atemporais. Em um relato, Helena afirma: “Eu não lembro minha idade, não se fazia aniversário da gente, como é que vou saber?”. As comemorações de aniversário são marcadores simbólicos da idade, particularmente das crianças, mesmo sem o registro fotográfico: “Todo ano a gente faz aniversário, então a gente memoriza. Lá não tinha nada disso [...]” (Helena).

O comprometimento do processo de sociabilidade, explicado por Ariès (1981), que se refere ao sistema de identificação e referência social, levou a um prejuízo na organização social das crianças separadas do núcleo familiar. É notável, nas falas de Helena, o não registro de imagens das pessoas; parece que é importante o fato, e não a figura daquele que dele participou. Nos abrigos dos filhos separados existiam, periodicamente, eventos comemorativos acessíveis às pessoas das comunidades locais, uma espécie de prestação de contas à sociedade.

Nas interpretações de Helena, as festas funcionavam como forma de apresentar as crianças à sociedade, reforçando o cuidado com que eram criadas e evidenciando o lado caridoso das religiosas, bem como o compromisso do Estado com a proteção das internas. Durante as celebrações festivas, eram arrecadados dinheiro e doações variadas dos participantes. As crianças eram exibidas; se algum visitante "agradasse de uma criança", podia adotá-la sem entraves burocráticos, normalizada durante os eventos sociais.

Existia nas instituições a figura de um tutor, que era um funcionário indicado pelo Serviço de Profilaxia da época. Sua função era se responsabilizar pelos internados, autorizando adoções, controlando e decidindo sobre as suas vidas, desempenhando, assim, o papel de pai característico daquela geração. Como afirma Bruschini (1989), as crianças institucionalizadas não tiveram a oportunidade de serem submetidas às funções básicas de socialização exercidas pelos progenitores, desde a socialização primária, cabendo ao tutor essa função. Este era considerado uma autoridade contratada para cuidar de um grupo de crianças; atuava como representante do Estado e deveria ser reconhecido como tal. Cabiam às crianças respeitá-lo; caso transgredissem alguma regra, elas ficavam sujeitas a punições e castigos.

Helena conta que ela e a irmã tinham o mesmo tutor, Segismundo – ou "Sujismundo, por tudo que ele fez comigo e com certeza com outras crianças. Se-gis-mundo eu chamo de Su-jis-mundo: ele é sujo, entendeu?" (Helena). O referido tutor aprovou a sua adoção por várias famílias; porém, apenas duas foram registradas em seu histórico institucional. Podemos interpretar esse apagamento da memória como consequência dos traumas psicológicos, assim como vimos em Frassão (2000), que analisou a devolução de crianças colocadas em famílias substitutas, o que provocou traumas infantis. Recorda Helena:

> No Santa Terezinha, não consta a minha moradia lá [nessa casa com o casal de idosos em Itu]; agora, não sei o motivo de me mandarem embora. E aí eu fui passando, né? Eu lembro dessa casa; eu lembro de uma casa que eu morei, era uma casa imensa, mas eu era empregada. Lá eu tinha que lavar a cozinha, o azulejo era até o teto. Eu lembro que eu era pequena, tinha que subir na escada para lavar os azulejos e era de noite. Lá eu trabalhava como empregada, não sei nem o nome da mulher. Sei que era uma casa de família. Eu também não fiquei. Aí esse homem [o tutor] foi me colocando em casas

> de família, ele foi me colocando em uma, não dava certo [...] Deu para uma família, não sei se essa família foi me buscar no educandário. Acho que deviam dar remédio, não é possível porque eu não lembro dessas idas e vindas. Eu não lembro. Eu só lembro dentro da casa, mas eu não lembro minhas saídas, andar na rua, pisar no asfalto fora [...] Então eu morei no Rio de Janeiro, no Jacarepaguá, morei lá com uma família de espanhóis e lá eu fui muito feliz [...] Daí eu fiquei lá, dá para descobrir quantos anos eu tinha porque agora eu tenho o registro, depois eu te mostro, fiquei lá anos. Lá eles não me trataram como empregada, foi a única família que realmente me pegou para a adoção, lógico que irregular com relação ao preventório, com relação a esse tutor, mas com relação à família eu fui muito feliz, eles me tratavam como filha. Aí, um belo dia, esse cara [o tutor], lembro dele perfeitamente: chegou e falou que eu tinha que voltar para São Paulo, que a minha mãe tinha morrido e que ela tinha pedido para eu ficar perto da minha irmã. Mentira! [...] Foi mentira dele, porque quando eu fui para o Rio de Janeiro, minha mãe já tinha falecido. Ele me tirou de lá para me trazer para São Paulo para trabalhar em casa de família, para ser escrava e viver em cárcere privado; foi isso que ele fez. [...] A minha mãe faleceu em 1971, eu nasci em 1961, com dez anos minha mãe já tinha falecido. Quando eu fui para lá, eu fui conferir os documentos [...] [pelas expressões corporais e o tom de voz, o relato dessa passagem deixa Helena muito revoltada]. (Helena)

As adoções pelas quais passaram Helena e outros colaboradores parecem uma reconfiguração da "roda dos expostos", apresentada por Marcilio (1997) em seus estudos sobre as crianças enjeitadas no Brasil. Ou seja: era um dispositivo instalado em muros das instituições, como nas Santas Casas de Misericórdia e conventos, comum entre os séculos XVIII e XIX, onde os enjeitados eram colocados, abandonados anonimamente. As pessoas dos arredores, por pena, gestos caridosos ou por outros motivos, pegavam as crianças (em geral recém-nascidos) para criar. Helena foi submetida a várias tentativas de adoções sem muitos critérios, garantido o anonimato dos adotantes e não garantidos os seus interesses pessoais:

> O Sujismundo! Foi o tutor, o tutor que tirou! Me trouxe para São Paulo. Eu lembro que no dia eu chorei, mas eu chorei... Eu fiquei muitos dias chorando nessa casa e aí eu não tinha contato com o mundo lá fora, não podia estudar, abrir a porta, sair para conversar, nem pensar, só dentro da casa, fazer o serviço, não deu certo nessa casa [...] Quando eu servia a mesa e tal, colocava

> a mesa. Eu não sentava na mesa, não; não podia nem sentar na mesa, aí era a dona da casa, o marido dela. Ele era aposentado da Polícia Militar, e a filha dela, e aí na hora de retirar a mesa, sabe como ela me chamava? A dona da casa aqui comendo, eu tô lá na cozinha né, serviçal, escrava. [Helena se levantou da cadeira e foi até o quarto e buscou um sino, tocou o sino com ar de arrogância, representando como era feito na ocasião] Aí eu vinha, tirava a mesa, comia na cozinha, não passei fome lá não. Comia os restinhos lá, comia o que sobrava da mesa, mas era o sininho, tocava o sininho, não me chamava 'Helena' de jeito nenhum [...]. Não me lembro de ter passado fome, mas era tudo controlado lá, sabe? Então eu tinha o meu prato, o meu copo... Mostrar para você como era, para você ver que coisa mais absurda, eu não podia comer no prato deles. (Helena)

As narrativas de Helena nos remetem a Negrão (2002) ao questionar sobre o papel do Educandário Santa Terezinha, que deveria garantir os direitos das internas, mas, na prática, era formadora de mão de obra. Além da exploração do trabalho infantil e das agressões físicas, frequentemente, as crianças eram ameaçadas pelo tutor e pelos donos das casas onde trabalhavam ou os "pais adotivos". Como alternativa ou saídas possíveis, as crianças, quando exauridas, escapavam:

> [...] corri que nem doida, cheguei lá na casa dessa senhora, entrei lá para dentro, peguei e fiquei dentro da casa dela. A casa era imensa, um sobrado de três andares [...] Aí ela falou que eu ia ser tratada como filha [risos], nada. Mas eu agradeço muito, até hoje eu serei eternamente grata, porque se não fosse ela eu não estaria aqui hoje falando contigo, eu não saberia qual seria o meu destino naquela casa. Imensamente grata, fui tratada como empregada doméstica, porque ela tinha no telefone que ia ser tratada como filha, mas, poxa, um filho você não coloca no porão para dormir; um filho você dá um lugar na mesa para comer junto com eles; uma filha você não vai fazer com que ela faça as tarefas domésticas, né, aquela obrigação de fazer. Uma filha tem direito a assistir a uma televisão, que eu não tinha, né? [...] tem esse lance de que eu era tratada como empregada. (Helena)

Helena iniciou a vida profissional ainda na infância, como doméstica, sob a tutela de um responsável que controlava seu destino. Sabia que só poderia se libertar dessa condição ao completar dezoito anos; por isso, aguardava ansiosamente a chegada dessa idade. Assim, alcançar a maioridade era o seu grande sonho, enquanto permanecia

escondida na casa onde buscou abrigo quando fugiu e se sentia temerosa de ser descoberta por seu tutor. Dezoito anos significava a concretização de um sonho: libertar-se do controle e da tutela do Estado.

> Eu não via a hora de completar 18 anos! Eu tinha essa vida, mas era de menor, então, até completar 18 anos, eu tinha o medo dele descobrir onde eu estava, eu iria para a Febem. [...] Quando eu completei 18 anos, eu namorava um rapaz, ele era da igreja messiânica [...] Aí a mãe do meu namorado fez um bolo para mim de 18 anos, olha só. [...] o meu primeiro bolo [...] até inclusive a dona da casa, que era ministra da igreja e tinha as filhas dela, elas viraram as costas para meu bolo. Eu era empregada, né? Aí meu namorado e a mãe dele levaram o bolo para mim lá. Esse dia foi tão importante para mim, porque foi o dia mais esperado da minha vida. Na hora que acendeu a velinha e cantou parabéns, eu respirei fundo e falei: "Graças a Deus que eu estou livre!". Eu estou livre dessa gente ruim, porque até então eu não estava totalmente livre. (Helena)

Se as instituições de acolhimento eram as principais referências na vida dos Filhos Separados, o rompimento desse vínculo ao atingirem a maioridade civil representava a perda de um importante "sistema de aliança", conceito discutido por Claudia Fonseca (2004). Isso porque a instituição concentrava vínculos, apoio, referências e memórias, enquanto as relações externas eram raras e pouco estimuladas, favorecendo o distanciamento das origens biológicas e o apagamento de memórias:

> [...] esse negócio de família mexeu muito com minha irmã, foi difícil porque, quando eu completei 18 anos, eu queria ver minha irmã [...] porque ela foi adotada legal, o que eu passei ela não passou. Cheguei lá, do nada, para a mente da Claudete, a mulher desenhou o meu perfil de mulher que não presta, porque eu fugi. Para a Claudete, eu era uma mulher direita, a Helena não, a Helena fugiu, porque naquela época uma mulher separada do marido era vista de maus olhos, imagina eu que fugi. (Helena)

Fonseca (2015) analisa o retorno traumático das crianças ao convívio com suas famílias biológicas, dado que experimentam privações decorrentes do rompimento e da construção de vínculos. No caso de Helena, além de não conhecer seus pais, os laços

com sua irmã jamais foram restabelecidos. Pesquisando documentos de história de sua mãe, Helena esclarece:

> Pelo que eu percebi, eu nasci em 61, 27 de janeiro de 61, e minha irmã nasceu dia 24 de janeiro de 62. Então, aí em 62, constam documentos lá que a minha mãe ficou no Pira e, pelo que eu percebi, antes do meu nascimento, ela já estava fazendo tratamento psiquiátrico e aí consta alta, porque ela pegou um negócio depressivo e fez eletrochoques. [...] Então, de 65 a 71, a minha mãe não ficou mais internada. Por isso que eu te falo: se eu nasci em 61 e minha mãe morreu em 71, por que eu não conheci minha mãe, sendo que ela estava fora? (Helena)

Para Helena, ainda com informações relevantes, era difícil compreender, pois eram mensagens difusas que ela não conseguia assimilar:

> A Claudete, minha irmã, o seu Sujismundo deixou toda nossa documentação do nosso pai comigo, porque agora já estamos com 18 anos. [...] Até então, meus pais já eram falecidos, no documento constava, mas eu não acreditava, eu não acreditava em nada que vinha deles. Eu peguei a documentação e fui atrás de ter certeza de que meus pais faleceram. Eu queria também alguma cartinha escrita da minha mãe. Aí, quando eu cheguei lá no cemitério e fui na administração, ele pegou o livro e me disse: "Nossa, se você tivesse vindo antes, os restos mortais da sua mãe não teriam ido para o ossuário como indigente", porque os do meu pai estão em uma caixinha. Aí eu fiquei muito revoltada, muito triste. Na caixinha do meu pai tem a fotinha dele. A mãe do meu pai, que enterrou minha mãe e colocou a foto dele lá, a minha vó Joana. Saí do cemitério, fiquei muito revoltada e magoada, eu tinha ido com meu namorado. Minha mãe realmente está na luz; o que ela passou aqui na terra agora está na luz, porque ela já pagou tudo que ela tinha que pagar. [...] Minha vontade era achar uma cartinha dela, e até hoje eu tenho essa vontade; eu vou lá no arquivo do Estado. Não vai ficar por isso não, isso só de documento é pouco que vieram lá de Santa Terezinha, mas podem ter queimado. [...] Claudete Pereira Bueno; Helena Pereira Bueno, se encontrar as minhas filhas, entregar a uma delas. (Helena)

Muitos filhos separados de suas famílias desejavam resgatar os vínculos rompidos. Helena, por exemplo, ao atingir a maioridade, tentou reaproximar-se da irmã

e descobrir o paradeiro da mãe. Nos debates contemporâneos sobre família, o afeto passou a ser considerado um princípio central, relativizando a ideia de origem apenas biológica (Fonseca, 2015). Helena também expressava o desejo de retornar ao Educandário Santa Terezinha para recompor sua história a partir das memórias ali guardadas.

Experiências traumáticas estão associadas a emoções negativas ligadas a vivências dolorosas do passado (Den, 2008). Diferentemente dela, muitas crianças que viveram nessas instituições retornaram posteriormente a esses espaços, para reafirmar a liberdade conquistada, para lidar com as memórias e o sofrimento social relacionados à hanseníase. Mesmo em um contexto coletivo e disciplinado, tais experiências produziram efeitos subjetivos. Depois de muitas dúvidas, conflitos e medos, Helena decidiu: “Estou pronta para enfrentar esse passado” e retornou ao educandário onde viveu a primeira infância:

> Eu cheguei aqui em uma paz, que você não tem noção. Relembrei pouco, quase nada, os sofrimentos, quase nada, e parecia que eu estava, sei lá... Uma coisa perto de mim, olhando as construções lindas. Nossa, muito lindo aqui, tudo arrumadinho, nada que impacta, tipo, ‘Nossa, que lugar horrível, mal cuidado'. E eu fiquei encantada com as construções aqui, eu não tinha noção [...] Então, assim, eu senti muita, sinceramente falando para você, foi um milagre eu chegar aqui e não ter mão gelada, eu sempre passei muito mal [...] fiquei muito feliz, muito feliz, viu! (Helena)

A marginalidade e a invisibilidade que marcam a história da hanseníase podem ser relacionadas às reflexões de Mafra (2011) ao tratar das “minorias perseguidas” como potenciais fontes de materialização da memória, semelhante ao que ocorre em alguns museus judaicos, dadas as semelhanças nas trajetórias de perseguição. Nesse sentido, assim como no judaísmo, torna-se necessário assumir um compromisso de “jamais esquecer”, valorizando as trajetórias individuais, as memórias, as resistências e as estratégias de sobrevivência construídas ao longo da vida.

A memória das instituições, nesse contexto, integra profundamente o itinerário de Helena e de outros sujeitos que viveram experiências semelhantes dos filhos que foram apartados de sua família, nas quais lembranças dolorosas se entrelaçam com memórias positivas. As relações de pertencimento construídas no interior das instituições

passaram a ser compartilhadas também com os filhos dessas pessoas, que cresceram reconhecendo como tios, tias ou "irmãos de instituição" os antigos companheiros de seus pais. Essa experiência dialoga com as análises de Fonseca (2018), que compreende a comunidade para além de um território geográfico, formada por identidades e experiências comuns. No caso dos filhos que foram confinados por longos períodos, mesmo sem serem portadores de hanseníase, o sentimento de injustiça permanece e se expressa em ações e movimentos sociais que buscam o reconhecimento do erro do Estado, a erradicação da doença e o enfrentamento do preconceito.

> Já há alguns anos tenho feito uma busca intensa para tentar encontrar as minhas duas tias por parte de mãe, e infelizmente cheguei à conclusão de que está sendo impossível achá-las! Era o meu sonho, pois recentemente desisti, porque é sofrer muito em cada busca e nem conseguir enxergar uma luz no final do túnel, pois sempre volto à estaca zero. [...] Meu sonho no futuro, que na verdade esse sonho deveria ser urgente, e para ontem, na realização, em que a hanseníase não só no Brasil, mas no mundo inteiro seja erradicada com a descoberta da vacina, pois sofro muito de saber que a hanseníase tem cura através da medicação, mas que existem milhares de pessoas com as sequelas irreversíveis da doença, muitas das vezes pelo diagnóstico tardio da medicina, pela falta de informações, pela falta de divulgação nos meios de comunicação, pela discriminação e o preconceito. São vários fatores que contribuem para que tenhamos pessoas com as sequelas para toda a vida, e atualmente esse é o meu MAIOR SONHO: a descoberta da vacina para o bacilo de Hansen. Fico todos os dias a pensar: será que eu, nesta vida, verei esse sonho realizado? Assim espero! (Helena)

Apesar das muitas adversidades vividas, Helena conseguiu constituir uma família com o marido e o filho e hoje se dedica incansavelmente a ajudar outros filhos separados a reconstruírem seus vínculos familiares.

Falando com Maria Luiza

Maria Luiza nasceu no Sanatório Santa Isabel, em Betim (MG), em 1961. Atualmente, é líder do grupo Filhos Separados, em Santa Isabel, e tem um casal de filhos.

A prática de encaminhar recém-nascidos, filhos de pessoas consideradas "doentes", para creches especiais era comum em todas as colônias. Contudo, o tempo de permanência dessas crianças nas instituições variava, e não foram encontrados registros ou relatos que esclarecessem os critérios utilizados para definir esse período. As parteiras, além do cuidado durante o parto, desempenhavam um trabalho particularmente difícil que era assistir a angústia das mães e fazer a intermediação entre a ruptura dos vínculos entre elas e seus filhos e a entrega da criança para o educandário. Ao que tudo indica, havia uma espécie de pacto secreto entre aqueles que trabalhavam nos sanatórios. O assunto não era discutido abertamente e, caso ocorresse algum deslize por parte dos funcionários, prevalecia a chamada "lei do silêncio": ninguém sabe e ninguém viu.

A separação das crianças não era objeto de debate, permanecendo envolta em silêncio institucional. Cada pessoa envolvida no processo cumpria o seu papel dentro dessa rede, na qual o contato entre mãe e filho era rigidamente proibido. As punições eram severas caso houvesse quebra de sigilo ou descumprimento de alguma regra relacionada à separação. De todo modo, tratava-se de um momento particularmente doloroso e emocionante, tanto para as mães quanto para os profissionais envolvidos nessa tarefa.

Na maioria das vezes, o máximo permitido era que a mãe visse o filho apenas à distância, nos braços de enfermeiras ou parteiras, sem poder tocá-lo ou sequer aproximar-se. Em alguns casos (e raros), a mãe escolhia o nome da criança. Mas não lhes era permitido participar do ritual de batismo, e a escolha dos padrinhos não constituía uma prática comum. Poucas vezes a mãe indicava o padrinho; porém, não era seguro que o seu pedido fosse acatado, porque ela não participava do batismo e nem recebia nenhum documento oficial.

As mães frequentemente insistiam em romper o silêncio dos funcionários para obter qualquer informação sobre o paradeiro, o nome ou as condições de seus bebês; contudo, não obtinham êxito. Nos educandários, havia a possibilidade de os pais visitarem os filhos periodicamente. Não raro, nessas visitas, a mãe era comunicada sobre o falecimento do filho, sem nenhuma informação adicional ou documento formal, menos ainda sobre o local do sepultamento. Esse "sumiço" era questionado, pois havia muitas doações anônimas e, como exigência daquele que adotava, a certeza sobre o apagamento de qualquer forma de identificação.

As visitas eram rigidamente vigiadas por religiosas e tutores e ocorriam por meio de uma pequena janela, semelhante a um basculante, que impedia qualquer contato físico entre mães e filhos. Em algumas ocasiões, as mães levavam brinquedos ou alimentos, que eram entregues aos funcionários da instituição, sem que houvesse qualquer garantia de que, algum dia, esses objetos chegariam às mãos de seus filhos. Luiza relata um breve contato que teve com sua mãe na instituição:

> [...] Quando a gente tinha direito de ver os pais, era tipo uma grade na prisão e chamava pelo nome. Inclusive, eu lembro até hoje quando chamava meu nome para ver minha querida mãe, linda e amada, que eu não tive contato. Eu fui pegar na mão dela, foi o dia que eu senti alguém pegando, puxando meu cabelo por trás e me deu um tapa na cara. Nesse dia, eu fui colocada num porão, de um dia pro outro, sem água e sem comida, porque eu não poderia ter colocado as minhas mãos em contato com minha mãe. E eu apanhei com muito orgulho. Depois passei pelo parlatório, passei pelo choque e depois elas falou assim: "Você tá gostando?". Eu disse: "Tô." "Por que você tá rindo?" Eu estou rindo porque estou apanhando com orgulho, porque foi a primeira vez que eu pego nas mãos da minha mãe, então eu apanho com muito orgulho. (Luiza)

Em sua narrativa, Luiza lembra ainda:

> Dá uma boneca pra você brincar e você chorar, porque esse caso aconteceu comigo. Eu ganhei uma boneca, chorei de tanta alegria. A minha mãe foi embora, e a diretora falou assim: "Para de chorar!" "Por que você tá mandando eu parar de chorar?" "Espera, me dá sua bonequinha aqui." Cortou os dedos da boneca, cortou os pés e falou assim: "Quando você tiver lembrando da sua mãe, olha pra sua boneca". É muito abuso, é muita tristeza! São pessoas que não têm humanidade. (Luiza)

Além das agressões físicas, abusos sexuais foram vivenciados com frequência. Souza (2019) aponta para essa realidade em grupos específicos – no caso da hanseníase, nas instituições de abrigamento de crianças. Se considerarmos que o assunto é um tabu na sociedade em geral, não é possível dimensionar o número de crianças que possam ter sido submetidas a essa violência nas instituições e silenciaram o fato. Vejamos os depoimentos:

> [...] Pra eles, ali era um animal: tá ali, tá bom. Então eles viam a gente como isso. [...] Eu fui visitar essa sapataria e esse sapateiro falou assim: "Você é uma menininha tão bonitinha, gordinha, bonita, eu vou ser seu tio e seu pai." E aquilo ali me comoveu, porque eu sentia falta do meu pai e da minha mãe. Aí, me mandou sentar no colo dele e começou a acariciar os meus seios. Tinha nem peitinho direito, tinha sete anos. Começou acariciar meu corpo todo. Quando ele chegou com a mão nas outras partes, eu falei: "O que tá acontecendo?" Ele falou: "Fica quietinha! Eu sou seu pai! Vou te dar carinho, mas fica quietinha!" [...] Ele falou: "Oh! Vou te usar e você não vai falar nada!" Ele me estuprou, me usou dos dois lados, qualquer parte que eles pudessem usar, eles usavam. Eu saí dali sangrando e fui direto na diretora e falei: "Dona Mirtes, eu tô sangrando! Eu fui estuprada!" Ela me deu um tapa na cara. "Vocês não tem pai nem mãe, vocês inventam as coisas!" Ela não queria saber, não olhou nem nada. "Você deve ter machucado. Vai tomar banho e se lavar!" [...] "Dali fui crescendo com trauma. Tomei medo de ficar perto de menino homem, tomei medo. Não brincava mais com os rapazinhos, não ficava com ninguém. Só ficava no meu canto chorando. (Luiza)

Os abusos ultrapassavam os muros das instituições. Ocorria também com os patrões que adotavam as crianças, principalmente para fazer os trabalhos domésticos:

> A gente foi crescendo e foi família querer adotar, adotou muitas pessoas. Muitas das pessoas que foram meus irmãos, ainda estão nessas casas de parente que não é criado como filhos, são criados como empregadas, escravos, não têm direito a nada, não têm carteira registrada. E eu fugi, porque eu quase fui estuprada pelo meu patrão, de novo. Eu já tava mocinha. Aí eu fugi, fui pras ruas, fiquei nas ruas. Eu cheirava cola, porque eu era obrigada. Pra mim comer um lixo, eles [outros moradores de rua] falavam: "Pra ficar no meio de nós, você tem que comer lixo, igual nós comemos!". Eu era passada por todos os rapazes, com treze anos de idade. Eu era obrigada a deixar todos eles me usarem, pra mim ter meu cantinho pra dormir, lugar sujo de urina, bosta. Eu fiquei um ano na rua. (Luiza)

As possibilidades de adoções nas instituições, independentemente da idade ou do gênero, eram constantes e oferecidas com a justificativa ancorada na inserção social. Assim, o Estado assumia o papel de integrador das crianças e adolescentes filhos de

‘leprosos’ na sociedade civil. Entregue aos interessados, a criança ficava totalmente desprotegida. Luiza narra:

> [...] eu era vítima do estupro. [...] Eu cobrava das pessoas, mas só que as pessoas não via em mim o respeito. Eles viam assim: ‘Quer carinho? Mas é filho de leproso, então vamos fazer o que tem que fazer com ela’ e esse moço tentou me estuprar. [...] Ela foi, me tacou um tapa na cara e me botou pra rua. Eu fui teimosa e voltei pra lá de novo. [...] Foi no dia que ela testou ele, foi na hora que ele me atacou. Eles brigaram. Eu falei: “Agora eu não quero ficar mais, eu prefiro ir pra rua”. A senhora duvidou de mim, porque sou filha de leprosos. Não tenho ninguém por mim, eu já fui usada, mostrei pra senhora a situação que meu corpo é. Eu fui falando a verdade com a senhora assim que eu cheguei. Apanhei muito debaixo do viaduto. A senhora não confiou porque eu não sou ninguém pra senhora. Fui pras ruas de novo. (Luiza)

O contexto da história da hanseníase no Brasil, especialmente no que se refere à separação de filhos e pais, dialoga com as análises de Souza (2016). Embora existisse a possibilidade de crianças permanecerem com suas famílias, isso exigia que os pais doentes rompessem definitivamente com a colônia. Na prática, essa decisão implicava abandonar tudo e recomeçar sem apoio do Estado, enfrentando o estigma da doença e grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, o próprio sistema acabava por desqualificar essas famílias e restringir seu acesso à vida social e aos direitos.

Entre situações de abuso, violência e preconceito, muitos filhos que permaneceram nas instituições tiveram poucas experiências de afeto como princípio fundador da família. Alguns permaneceram institucionalizados por longos períodos, e mesmo aqueles que passaram por processos de adoção nem sempre vivenciaram relações afetivas que pudessem representar a figura materna. Com o fim da institucionalização, os filhos separados passaram a enfrentar diferentes trajetórias de vida: alguns conseguiram formar novas famílias, enquanto outros não tiveram a oportunidade de estabelecer vínculos conjugais ou ter filhos, vivendo, assim, realidades bastante distintas. Luiza conta:

> Na rua que eu conheci o pai da minha filha, que eu fiquei com ele. Essa filha minha nasceu, só veio repetindo: 'Tomaram de mim, colocaram no juízo comum, vagabunda, prostituta, moradora de rua. Tomaram a minha filha de mim.. Anos e anos sofrendo à procura, ia na rádio Liberdade sempre anunciar'. Quando ela estava com dezenove anos, que eu fui achar minha filha [...], esse neto meu tá com sete anos, que eu achei minha filha, eu fui com muito medo. Meu Deus! Não deixa ela me rejeitar! Eu tenho que explicar tudo que aconteceu comigo. Ela foi, me abraçou. Hoje nós somos grandes amigas, tenho um neto com vinte e um anos. Tenho uma netinha com cinco anos. [...] E eu coloquei essa irmã [Vanilde] pra dentro da minha casa. Hoje eu cuido dela. Hoje eu sou carinhosa, sei receber as pessoas. (Luiza)

Mesmo vivendo com dificuldades financeiras há doze anos, Luiza cuida de Vanilde, a quem ela se refere como irmã. As duas foram criadas juntas na mesma instituição, e Vanilde apresenta problemas de sofrimento mental. Após o cerramento do educandário, ela foi viver na Colônia Santa Isabel, onde vivia perambulando pelas ruas. Em solidariedade, Maria Luiza "adotou" Vanilde, que passou a morar em sua casa, e cuida de seu tratamento no CERSAM.

A dupla separação vivenciada por Luiza, de sua família de origem e, posteriormente, da própria instituição, é por ela interpretada como motivo de "vergonha" em relação à sua trajetória de vida, marcada pelo período em que viveu em situação de rua e prostituição, além de um sentimento de culpa pelos dramas enfrentados. Esse sentimento se intensifica especialmente por ter se tornado mãe enquanto vivia nas ruas, circunstância que acabou provocando a perda da guarda da filha. Sua história revela, em certa medida, uma repetição de experiências de separação.

No caso de Luiza, a separação da família pela hanseníase foi compulsória, longe do desejo dos pais, enquanto sua separação da filha foi quase opcional, pois ela engravidou em condições precárias ou miseráveis de vida, circunstância que motivou a perda da guarda. Ela se sente culpada porque não aproveitou a chance de constituir laços afetivos e familiares na criação da filha. Em sua interpretação, tratava-se de uma oportunidade de reconstruir vínculos familiares, o que não foi possível concretizar diante das condições adversas.

Gaulejac (2006) enfatiza que a vergonha é um sentimento aprendido desde os primeiros contatos sociais e familiares. As relações sociais, segundo o autor, são marcadas por dinâmicas de dominação e estruturadas de forma hierárquica a partir de

critérios de superioridade e inferioridade. Nesse contexto, a origem social exerce papel determinante. A vergonha é um sentimento difícil de ser compartilhado, pois remete à experiência da humilhação, inferioridade, desvalorização e desonra. Embora recorrente, o sentimento de vergonha está imerso em uma situação complexa e estrutural que recai sobre aquele que a vivencia, particularmente no caso da vergonha de sua própria história. Romper com esse sentimento, portanto, não é uma tarefa simples, uma vez que os contextos de vulnerabilidade social interferem diretamente na constituição da subjetividade.

As filhas separadas de seus pais, no caso da hanseníase, desenvolvem estratégias de resistência e reconstrução de suas trajetórias, buscando recuperar laços familiares, construir novas redes de apoio e ressignificar suas experiências de vida. Porém, as consequências podem aparecer em diferentes dimensões, como baixo nível de escolarização, que prejudica sua inserção no mercado de trabalho e, com efeito, as condições de sobrevivência e o "dano ao projeto de vida" (Sessarego, 1996). Luiza realça em sua narrativa o papel das políticas públicas no traçado dos destinos da vida com efeitos danosos e reivindica o ressarcimento de seus direitos sociais:

> Então, assim, é um massacre, nós sofremos um massacre! O governo não reparou, e eu peço encarecidamente que a sociedade vê isso com carinho, escuta isso com carinho. Eu tô pedindo a misericórdia primariamente de Deus, mas deles que tão lá em cima [...] eu queria me ver, assim, trabalhando e eu chegar todo mês e ter meu dinheiro, porque eu não sei o que é dinheiro de comprar uma calcinha; calcinha minha é ganhada em caravana, os outros me dá. Eu tenho que tá fervendo, roupas minhas são ganhadas. Eu nunca tenho dinheiro pra falar assim: "Vou comprar uma roupa pra mim". Eu queria ser vista como uma cidadã, é o que peço muito a Deus; dinheiro não conquista ninguém, o que conquista é a dignidade, o respeito pelo ser humano. Então, eu queria que eles me respeitassem, nós, filhos separados, que foram arrancados, foi uma tragédia muito triste, saber que você foi arrancada da sua mãe, sua mãe não poder ver o seu rosto e você ver sua mãe com sete anos pra depois ser apanhada na cara. É muito abuso, é muita tristeza! [...] Eu peço a sua misericórdia, governador do Estado de Minas, tem misericórdia dos filhos separados e dos pais também, que, graças ao meu bom Deus, foram indenizados. Minha mãe não teve essa oportunidade de pegar esse dinheiro e minha vida continua assim, sempre chorando na madrugada. Eu não sei o que é um sono, eu não durmo, nem remédio faz eu

> dormir, porque eu não consigo descansar a minha mente, ela está cheia de poluição até hoje. (Luiza)

As filhas institucionalizadas tiveram um prejuízo que atingiu diretamente sua realização pessoal e profissional. Seus sonhos foram se esvaziando ao longo de sua trajetória envolta em preconceitos sociais e direitos humanos violados pelas políticas públicas. Esses aspectos ressoam em suas relações sociais, bem como na saúde física e mental, afetando dimensões emocionais, sociais, identitárias e relacionais, o que reforça sentimentos de exclusão e marginalização, desconfiança, insegurança e solidão.

> [...] eu tenho um sonho de ter minha casa toda linda e maravilhosa, que eu possa acordar, limpar e ver que minha casa fique limpa. Hoje não parece que está limpa, solta poeira, chão todo trincado... Minha cabeça não funciona direito com isso. Meu sonho é ter minha casa boa, com dois andares, porque se vier enchente, tenho onde ficar. Meu segundo sonho é fazer um tratamento no intestino; parece que minha barriga nunca sara, tenho dor no estômago constante, dor de cabeça, diarreias constantes, então esse é meu sonho. Estou com 60 anos e tenho direito de ficar em paz, bem de saúde e com uma casa bonita. (Luiza)

Entre tropeços, alinhavos e resistência, Helena e Luiza experimentaram, em grande parte de suas vidas, a clausura de seus corpos, dos sonhos, fantasias e afetos. Suas histórias são atravessadas por rupturas, silêncios e perdas, mas também por estratégias de sobrevivência e reconstrução de vínculos, mas não sem os tropeços impostos pelas experiências de abandono, preconceito e vulnerabilidade.

Contudo, é admirável a capacidade de construir alinhavos nas tentativas de recompor histórias fragmentadas, resgatar memórias e reconstruir laços familiares e identitários. De toda forma, essas mulheres resistiram e resistem, (re)significando o passado, (re)inventando modos de vida e angariando esforços para transformar suas experiências em narrativas de luta, memória e busca por reconhecimento.

Reflexões finais

Com a justificativa de interromper a cadeia de transmissão do bacilo, foram criadas instituições fechadas para “acolher” os doentes ou leprosos. O “acolher” no

discurso oficial pode ser traduzido como isolamento, enclausuramento e separação forçada do doente do convívio social. Essa estratégia política provocou sérias consequências, especialmente no que concerne ao cotidiano, trajetórias de vida, construção e reconstrução de identidades, sistemas de significados, relações sociais e, de maneira especial, na constituição de novas famílias.

Para reparar esse equívoco reivindicado pelos movimentos sociais, em particular o Morhan, o presidente Lula promulgou o PL n. 2.104/2011, que se transformou na Lei n. 14.736/2023, promovendo uma emenda na Lei n. 11.520/2007, que indeniza as pessoas acometidas pela hanseníase internadas compulsoriamente nas antigas colônias. Isso possibilitou ampliar o entendimento para o Poder Executivo federal conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos filhos que foram separados dos genitores em razão do isolamento ou da internação em instituições públicas.

O ano de 2025 marca a consolidação da política pública reparatória do Estado brasileiro com esses grupos específicos. Merece destaque que as Filhas Separadas, mesmo não sendo portadoras do bacilo, se identificam com os portadores da hanseníase. Existe um sentimento forte de pertencimento e de laços comuns que foram construídos. Registrar, arquivar e divulgar a trajetória de vida dessas pessoas é uma forma de denunciar uma política sanitária que provoca danos irreparáveis e infortúnios ainda na atualidade.

Após o reconhecimento indenizatório aos Filhos Separados pela hanseníase, a análise dos processos ainda caminha a passos lentos; em todo o ano de 2025, cerca de setecentos filhos foram indenizados pelo Estado brasileiro; em contraponto, mais de doze mil pedidos de indenização foram direcionados ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Outro desafio é a construção de políticas públicas de não esquecimento. Como exemplo positivo, na cidade de Betim (MG), onde se localiza a Colônia Santa Isabel, um grande monumento em bronze será inaugurado na cidade em 2026. Denominado “Filhos Separados”, a peça representa três personagens compondo a mesma cena: uma mãe que acaba de dar à luz e um enfermeiro com uma criança no colo, reproduzindo a separação de milhares de famílias. O objetivo desse gesto é contribuir para que essas memórias sensíveis sejam preservadas e conhecidas pelas futuras gerações.

Apesar de os ganhos jurídicos e financeiros terem dado oportunidade de conforto, qualidade de vida e consolo financeiro para os que foram submetidos ao isolamento

compulsório, por mais que tenha sido justificado cientificamente, eles não eliminam os prejuízos emocionais e psicológicos provocados pelo rompimento dos vínculos familiares. No caso específico de Helena e Maria Luiza, além do traumatismo para a saúde física e mental, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho é irremediável, não só pela carência de preparação profissional, mas por ideologia de gênero. O fato de as Filhas Separadas estarem expostas constantemente às dificuldades sociais e, principalmente, financeiras transforma suas vidas em um sofrimento social sem fim. Seus sonhos foram surrupiados, seus desejos trocados por ficção, seus planos futuros misturados às lágrimas que sobraram e às resistências expressas nas lutas para o apagamento das incorreções das políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SIMÕES, Júlio Assis; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lília Moritz. Numas, *10 anos: um exercício de memória coletiva*. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonso; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo, Gramma, 2018. p. 9-30.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, LTC, 1981.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BRASIL. Lei n. 610, de 13 de janeiro de 1949. *Fixa normas para a profilaxia da lepra*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0610.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.010, de 29 de março de 1995. *Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.520, de 18 de setembro de 2007. *Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11520.htm. Acesso em: 8 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 14.736, de 24 de novembro de 2023. Altera a Lei n. 11.520, de 18 de setembro de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14736.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRUSCHINI, Cristina. *Uma abordagem sociológica de família*. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

CANABARRO, Ivo dos Santos; MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo Servo. *História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 10, n. 18, p. 112-127, jan./jul. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em: 13 mar. 2026. DOI: https://doi.org/10.15210/rmr.v10i18.12278.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; JAYME, Juliana Gonzaga. *Explorando as dimensões do gênero: interfaces com o mundo do trabalho, a violência e a diversidade sexual*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2023. E-book.

DEN, Benne. *Traumas emocionais: homo-psíquico*. Itapajé, Masters Divinity Center, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro, Malê, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 6. ed. Rio de Janeiro, Malê, 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. [S. l.], Coletivo Sycorax, 2004. Disponível em: https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2023/05/Silvia-Federici-Caliba-e-a-bruxa-Mulheres-corpo-e-acumulacao-primitiva.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1058034/mod_folder/content/0/FONSECA%2C%20Claudia.%20Familia%2C%20Fofoca%20e%20Honra%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 17 mai. 2020.

FONSECA, Claudia. *A fabricação estatal da indiferença parental: agruras da reintegração familiar.* Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho, João Pessoa, n. 43, p. 19-35, jul./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/24658. Acesso em: 15 ago. 2021.

FONSECA, Claudia. *Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico*. Interseções, Rio de Janeiro, v. 1, p. 96-118, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9523. Acesso em: 15 ago. 2021.

FONSECA, Claudia; MARICATO, Glaucia. *Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento*. Interseções, Rio de Janeiro, v. 15, p. 252-274, 2013. Disponível em: https://www.e publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9523. Acesso em: 17 maio 2020.

FRASSÃO, Marcia Cristina G. O. *Devolução de crianças colocadas em famílias substitutas: uma compreensão dos aspectos psicológicos, através dos procedimentos legais*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78106. Acesso em: 15 nov. 2020.

GANDRA JÚNIOR, Domingos da S. *A lepra: uma introdução ao estudo do fenômeno social da estigmatização.* 1970. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1970.

GAULEJAC, Vincent de. *As origens da vergonha*. São Paulo, Via Lettera, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1961. Disponível em: https://app.uff.br/observatorio/uploads/Manicomios-prisoes-e-conventos.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GOMIDE, Leila Reguna Scalia. *Órfãos de pais vivos: a lepra e as instituições preventoriais no Brasil: estigmas, preconceito e segregação*. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, [S. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. Disponível em: https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial.* Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/. Acesso em: 13 mar. 2026.

MAFRA, Clara. *A "arma da cultura" e os "universalismos parciais"*. Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-624, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/rxRFsrSpcJHgxvNDJMBKD3f/?lang=pt. Acesso em: 22 mar. 2026.

MARCILIO, Maria Luiza. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997. p. 53-80.

MARSICANO, Ana Carolina; LEVINSON, Elaine. *Mulheres e as ruas: o debate atual da ordem de gênero na cadeia de dominação*. In: RODRIGUES, Igor de Souza; FERNANDES, Dimitri Cerboncini (orgs.). Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba, CRV, 2020. p. 93-109.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo.* 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 2 v.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. Infância, educação e direitos sociais: "Asilo de Órfãs" (1870-1960). 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/276505. Acesso em: 25 jul. 2020.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 12 mar. 2026.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Meninas punidas: a educação por meio do castigo no preventório de Araguari, Minas Gerais (1950-1965)*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 63, n. 78, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/41463. Acesso em: 13 mar. 2026. DOI: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2025v63n78ID41463.

SANTOS, Claudia Cristina dos. *Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha 1930-1967*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 13 mar. 2026.

SESSAREGO, Carlos Fernández. *Existe un daño al proyecto de vida?* In: VÁRIOS AUTORES. Scritti in onore di Guido Gerin. Padova, Cedan, 1996. p. 47-88.

SOUZA, Inhana Olga Costa. *Sequestro, cárcere, alienação e violência: a vida dos filhos de pacientes de hanseníase segregados nos preventórios brasileiros*. 2019. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva e Social) – Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_61d46b408b524cf71d27a8b0fbad588e. Acesso em: 21 nov. 2020.

SOUZA, Inhana Olga Costa; SOUZA, Cordovil Neves de; MELO, Elza Machado de. *O "cárcere" dos inocentes: os preventórios para os filhos dos pacientes de hanseníase no Brasil*. E-cadernos CES, Coimbra, n. 37, p. 1-22, 2022. Disponível em: http://journals.openedition.org/eces/7162. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: https://doi.org/10.4000/eces.7162.

SOUZA, Maria de Lourdes Nobre. *A nova cultura da adoção: reflexões acerca do cenário atual da adoção no Brasil.* 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1468/2/MariaLourdesNobreSouza.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.